

## SUMÁRIO

PREFÁCIO À 15.ª EDIÇÃO .....	7
PREFÁCIO À 14.ª EDIÇÃO .....	9
PREFÁCIO À 13.ª EDIÇÃO .....	11
PREFÁCIO À 12.ª EDIÇÃO .....	13
PREFÁCIO À 11.ª EDIÇÃO .....	15
PREFÁCIO À 10.ª EDIÇÃO .....	17
PREFÁCIO À 9.ª EDIÇÃO .....	19
PREFÁCIO À 8.ª EDIÇÃO .....	21

### PRIMEIRA PARTE

#### I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito .....	41
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária .....	44
2-A. O processo judicial e os métodos alternativos de solução de conflitos .....	44
3. Definição de Direito Processual Civil .....	45
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil .....	45
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil .....	63
6. Processo civil romano .....	64
7. Período das <i>legis actiones</i> .....	64
8. Período do processo formulário .....	64
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i> .....	65
10. Processo romano-barbárico .....	66
11. O processo comum na Itália .....	66
12. Período dos glosadores .....	67
13. Período dos pós-glosadores .....	67
14. Período da jurisprudência culta .....	67

15.	O processo comum na Alemanha.....	67
16.	História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O <i>Forum Juditium</i> ( <i>Fuero Juzgo</i> ).....	68
17.	As Ordenações – Especialmente as Filipinas.....	69
18.	O Brasil e sua legislação depois da Independência.....	69
19.	O Regulamento 737.....	70
20.	A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais.....	70
21.	A reunificação do processo civil.....	70
21-A.	As tendências atuais do processo civil. A socialização do processo civil. A fase propriamente contemporânea do processo civil brasileiro.....	78
21-B.	<i>Segue:</i> As tendências atuais do processo civil. Algumas considerações sobre o Projeto de Novo Código de Processo Civil.....	104

## II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

22.	A reelaboração do Direito no século XIX.....	124
23.	Autonomia do direito da ação.....	125
24.	Moderna classificação das ações.....	126
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato.....	128
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico.....	129
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito.....	131
28.	O processo civil e o Direito Penal.....	131
29.	O processo civil e o Direito Constitucional.....	132
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário.....	137
31.	O processo civil e o Direito Civil.....	138
32.	O processo civil e o Direito Comercial.....	139
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho.....	140
33-A.	O processo civil e o Direito Processual Penal.....	141
33-B.	O processo civil e os Direitos Humanos.....	142

## III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34.	Norma jurídica.....	145
35.	Normas cogentes e dispositivas.....	148
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil.....	150
37.	Classificação das normas processuais civis.....	151
38.	As fontes da norma processual civil.....	160
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil.....	161
40.	Normas processuais na Constituição Federal.....	162
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual.....	168

42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil.....	171
43.	Analogia.....	174
44.	Costume .....	175
45.	Os princípios gerais do Direito.....	176
46.	A jurisprudência e o processo civil.....	177
47.	Da interpretação das leis em geral .....	183
48.	Interpretação da lei processual civil .....	186
48-A.	Evolução da hermenêutica e o processo civil .....	190

#### IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49.	O Estado de Direito.....	196
50.	Sistema de jurisdição .....	199
51.	Natureza da função jurisdicional e suas características.....	199
51-A.	Arbitragem e jurisdição.....	202
52.	Os princípios fundamentais da jurisdição .....	206
53.	A independência do Judiciário (da Justiça) .....	209
54.	O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito.....	213
55.	Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental.....	213
55-A.	Controle concentrado da constitucionalidade .....	226
56.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.....	228
56-A.	A reforma do Poder Judiciário.....	231
56-B.	A repercussão geral .....	237
56-C.	A súmula vinculante .....	248
56-D.	A função jurisdicional no controle da constitucionalidade ( <i>especialmente</i> do STF) e o princípio da proporcionalidade .....	255

#### V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57.	A jurisdição voluntária.....	265
58.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias .....	269
59.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais .....	270
60.	Órgãos judiciários.....	271
60-A.	Conselho Nacional de Justiça .....	274
61.	Regimento dos tribunais .....	275
62.	Organização judiciária .....	276
63.	Normas disciplinadoras da organização judiciária .....	278
64.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo.....	279

65.	Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição .....	280
66.	Competência interna dos tribunais .....	281
67.	Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição .....	281
68.	Auxiliares da Justiça .....	282

## VI – DA COMPETÊNCIA

69.	Jurisdição e competência .....	288
70.	Definição de competência .....	295
71.	A competência no quadro dos pressupostos processuais .....	298
72.	Distinção entre incompetência e impedimento .....	302
73.	A divisão tripartida da competência .....	303
74.	Competência objetiva .....	303
75.	Competência territorial .....	304
76.	Competência funcional .....	305
77.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança .....	306
78.	Competência funcional recursal .....	308
79.	Competência funcional nas fases do procedimento .....	308
80.	Competência internacional e interna .....	308
81.	Competência exterior e interior .....	309
82.	Foro competente .....	310
83.	Foro geral .....	310
84.	Foros especiais .....	314
85.	O art. 95 .....	315
86.	O art. 96 .....	319
87.	O art. 97 .....	322
88.	O art. 98 .....	322
89.	O art. 99 .....	323
90.	O art. 100 .....	323
91.	O art. 101 .....	331
92.	Foro de eleição .....	331
93.	Foro e juízo .....	338
94.	Incompetência relativa .....	339
95.	Incompetência absoluta .....	346
96.	A competência no sistema das leis extravagantes .....	350

## VII – A JUSTIÇA FEDERAL

97.	Introdução .....	359
98.	A Justiça Federal e a Constituição .....	360

99.	A Justiça Federal e a sua lei .....	369
100.	A competência da Justiça Federal é absoluta .....	370
101.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal.	371
102.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal.....	372
103.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.....	372

#### VIII – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

104.	Prevenção .....	375
105.	Conexão de causas .....	380
106.	Continência de causas.....	386
107.	Ajuizamento da mesma ação.....	387
108.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	389

#### IX – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

109.	Introdução .....	394
110.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais ...	394
111.	Procedimento do conflito de competência .....	396

#### X – TEORIA DA AÇÃO

112.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções.....	399
113.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo .....	400
114.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial.....	402
115.	Nossa posição acerca do direito subjetivo .....	403
116.	Teoria civilista a respeito da ação.....	405
117.	Posição de Adolf Wach.....	405
118.	Posição de Chiovenda .....	407
119.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo.....	408

#### XI – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

120.	Definição de ação .....	413
121.	As condições da ação em nosso Direito positivo.....	414
122.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público .	420
122-A.	A legitimidade <i>ad causam</i> no Direito Positivo Brasileiro e a interpretação do art. 268 do CPC.....	422
123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória, violação do direito e título executivo .....	427

124.	Declaratória e mero fato .....	429
125.	Ação declaratória e reconvenção .....	429
126.	Declaratória e cumulação de ações .....	430
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses .....	430
128.	Declaratória e falsidade de documento .....	431
129.	A ação declaratória incidental .....	432
130.	O papel do "fato" na teoria da ação.....	436
131.	O conceito de mérito.....	438
132.	O mérito e as condições da ação.....	438
133.	Cumulação de pretensões .....	440
134.	Concorrência de ações .....	446
135.	Objeto litigioso ou lide.....	448
136.	Elementos da ação .....	449
137.	As partes e sua identificação.....	449
138.	O objeto .....	450
139.	Fundamento legal .....	452
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i> .....	453
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais.....	453

## XII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais .....	457
143.	Classificação dos atos processuais.....	458
144.	Forma dos atos processuais.....	465
145.	As nulidades dos atos processuais .....	467

## XIII – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão.....	474
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos .....	474
148.	Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão .....	476
149.	Dos prazos e sua classificação .....	484
150.	Da contagem dos prazos.....	486
151.	Os prazos mais importantes .....	489
152.	Da preclusão .....	490

## XIV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153.	A relação jurídica processual.....	497
154.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual .....	498
155.	Requisitos da validade da relação jurídica processual .....	503
156.	Pressupostos processuais negativos .....	507

## XV – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157.	A atual função do Ministério Público .....	508
158.	Os princípios estruturais do Ministério Público.....	509
159.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público .....	509
160.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público .....	510
161.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional .....	511
162.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica.....	513
163.	Da atuação do Ministério Público .....	514

## XVI – DO ADVOGADO

164.	Capacidade postulatória .....	527
165.	A função do advogado.....	534
166.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil.....	537
167.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil.....	539

## SEGUNDA PARTE

## I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1.	Introdução .....	549
2.	Do juiz .....	549
3.	Conceitos de parte e de capacidade processual .....	551
4.	Análise do conceito de parte .....	553
5.	As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil..	553
6.	Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora .....	554
7.	Capacidade processual e capacidade de ser parte .....	556
8.	Princípios regentes do tema das partes.....	558
9.	Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade proces- sual .....	559
10.	Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil .....	562
11.	O incapaz sem representante legal .....	562
12.	A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I) .....	563
13.	A figura do curador especial.....	565
14.	A capacidade processual do marido e da mulher.....	574
15.	Forma de ser sanado o vício de incapacidade.....	578

II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO  
DAS PESSOAS JURÍDICAS

16.	Noções gerais.....	582
17.	A representação da União.....	583

18.	A representação dos Estados federados .....	586
19.	A representação dos Municípios .....	587
20.	A representação do Distrito Federal .....	587
21.	A representação dos Territórios.....	588
21-A.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei.....	588
22.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado.....	588
23.	A representação das paróquias da Igreja Católica.....	591

### III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24.	Introdução .....	593
25.	A representação da massa falida .....	593
26.	A representação das heranças jacente e vacante .....	594
27.	A representação do espólio.....	594
28.	A representação dos condomínios e outras modalidades .....	596

### IV – DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio.....	599
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação .....	599
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único).....	600
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material.....	601
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo .....	603
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais).....	603
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I).....	605
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II).....	606
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II).....	606
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III e 103)...	606
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV).....	606
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47) .....	610
41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47) .....	613
41-A.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	616
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio.....	624
42-A.	A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC	629



## V – DA ASSISTÊNCIA

43.	Noções gerais acerca do instituto da assistência.....	634
44.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial.....	636
45.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial.....	639
45-A.	A distinção entre a assistência e a intervenção da União e das pessoas jurídicas de direito público fundada no art. 5.º e parágrafo único da Lei 9.469/1997.....	643
46.	A posição do assistente no processo.....	646
47.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial.....	646
48.	A atividade do assistente.....	648
49.	Limites à atividade do assistente.....	649
50.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente.....	651
51.	O incidente de admissibilidade do assistente.....	653
51-A.	A assistência no procedimento sumário fora do sistema do Código de Processo Civil.....	655

## VI – DA OPOSIÇÃO

52.	Colocação no instituto.....	657
53.	Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida.....	657
54.	Processos que admitem e não admitem oposição.....	658
55.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento.....	661
56.	O processamento da oposição.....	662
57.	A posição dos opostos em relação ao opoente.....	663
58.	A autonomia dos opostos.....	663
59.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição.....	663
60.	O indeferimento do pedido de oposição.....	663
61.	A sentença da oposição.....	664

## VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62.	Noções necessárias à compreensão do instituto.....	666
63.	Definição.....	666
64.	Legitimação para a nomeação e procedimento.....	669
65.	A aceitação ou a recusa do nomeado pelo autor.....	671
66.	A aceitação ou a recusa do nomeado.....	671
67.	A responsabilidade por perdas e danos.....	672

## VIII – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

68.	Noções gerais.....	674
69.	A hipótese do art. 70, I.....	680

70.	A hipótese do art. 70, II .....	681
71.	A hipótese do art. 70, III.....	684
72.	O ingresso do denunciado.....	692
73.	A posição do litisdenciado .....	693
74.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor.....	696
75.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu.....	696
76.	As consequências da denunciação .....	700
77.	A denunciação da lide no procedimento sumário, na execução e na cautelar ...	700

#### IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78.	Finalidade do chamamento ao processo.....	706
79.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I) .....	707
80.	Art. 77, II.....	708
81.	Art. 77, III .....	709
82.	Procedimento para o chamamento.....	709
83.	Efeitos do chamamento.....	710
84.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento .....	710

#### X – DA PETIÇÃO INICIAL

85.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial.....	717
86.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição.....	722
87.	Petição inicial e libelo .....	724
88.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial .....	731
89.	A forma da petição inicial em nosso Direito .....	731
90.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas.....	732
91.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial .....	732
92.	Do pedido .....	732
93.	Deferimento e indeferimento da petição inicial .....	736

#### XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94.	Considerações introdutórias.....	750
95.	Da citação .....	751
96.	Conceito de citação. Peculiaridades.....	758
97.	Dos efeitos da citação .....	761
97-A.	A interrupção da prescrição e o art. 202 do CC/2002 .....	763
98.	A falta de citação .....	773
99.	A nulidade da citação .....	774

100.	O comparecimento do interessado.....	775
101.	Destruição dos efeitos da citação.....	776
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa.....	776
103.	A citação é ato judicial.....	777
104.	Como se realiza a citação.....	777
105.	Das intimações.....	778
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/1999). Admissibilidade do uso do <i>fac-simile</i> .....	786
105-B.	Do processo eletrônico.....	788

## XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução.....	799
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa.....	801
108.	Função processual da contestação.....	802
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito.....	803
110.	Contestação e seu conteúdo processual.....	804
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções.....	807
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade.....	808
113.	A exceção de incompetência.....	809
114.	A exceção de suspeição.....	811
115.	A exceção de impedimento.....	812
116.	A distinção entre suspeição e impedimento.....	812
117.	O procedimento da exceção de incompetência.....	813
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento.....	815
119.	O problema da não alegação no prazo.....	816
120.	Da reconvenção.....	817
121.	Procedimento da reconvenção.....	818
122.	A autonomia da reconvenção.....	820
123.	A reconvenção e o procedimento sumário.....	822
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu.....	823
124-A.	Apontamentos sobre a resposta do réu no Projeto de Novo Código de Processo Civil.....	826

## XIII – DA REVELIA

125.	Introdução.....	831
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais.....	831
127.	Revelia e litisconsórcio.....	839
128.	Revelia e assistência.....	840
129.	Revelia e reconvenção.....	840
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide.....	841

131.	A revelia e os procedimentos especiais .....	842
132.	A revelia nos processos cautelar e execução de título extrajudicial .....	844
133.	Revelia e incompetência .....	845
134.	Revelia e a citação ficta .....	846

#### XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução .....	849
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações .....	849
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção .....	849
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda .....	850
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito .....	850
140.	Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo .....	851
141.	Emenda do libelo .....	852

#### XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Ideias gerais .....	857
143.	A suspensão necessária do processo .....	857
144.	A suspensão facultativa do processo .....	860
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes .....	860

#### XVI – DA TUTELA ANTECIPADA

146.	Introdução .....	863
147.	A efetivação da tutela antecipada .....	870
148.	A possibilidade de antecipação de tutela no julgamento antecipado da lide e nas hipóteses de pedido incontroverso .....	874
149.	A importância da correta avaliação dos requisitos que autorizam a antecipação de tutela dos incisos I e II do art. 273 .....	877
150.	Análise de algumas hipóteses de cabimento ou não da antecipação dos efeitos da tutela .....	891
151.	Diferenças entre a tutela cautelar e a tutela antecipada .....	894
152.	A fungibilidade das tutelas de urgência .....	897
153.	Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa e a efetividade do processo .....	900
154.	As dificuldades no efetivo cumprimento/satisfação das obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa .....	903
155.	Traços fundamentais dos arts. 461 e 461-A, com a redação das Leis 8.952, de 13.12.1994, e 10.444, de 07.05.2002 .....	904

XVII – DO JULGAMENTO CONFORME  
O ESTADO DO PROCESSO

156.	Providências preliminares.....	911
157.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo.....	913
158.	Da extinção do processo sem resolução de mérito.....	914
159.	O inciso I do art. 267.....	914
160.	O inciso II do art. 267.....	916
161.	O inciso III do art. 267.....	916
162.	O inciso IV do art. 267.....	918
163.	O inciso V do art. 267.....	918
164.	O inciso VI do art. 267.....	919
165.	O inciso VII do art. 267.....	920
166.	O inciso VIII do art. 267.....	921
167.	O inciso IX do art. 267.....	923
168.	O inciso X do art. 267.....	924
169.	O inciso XI do art. 267.....	924
170.	As consequências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito.....	924
171.	O conteúdo do saneamento.....	925
172.	O saneamento do processo.....	927
173.	Julgamento antecipado da lide.....	928
174.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo.....	932

XVIII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

175.	Generalidades.....	937
176.	A prova e o problema da verdade.....	938
177.	A prova legal e a limitação do juiz.....	941
178.	Noção do conceito de prova e dos meios de prova admitidos no processo.....	941
179.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo.....	944
180.	Do julgamento antecipado da lide.....	944
181.	Rápida referência ao Direito Civil.....	945
182.	O art. 227 do Código Civil em confronto com o art. 401 do CPC.....	946
183.	A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito.....	946
184.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca.....	948
185.	A atividade probatória e a sentença.....	948

XIX – A PROVA E OS PRINCÍPIOS  
REGENTES DO DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL

186.	A prova e o princípio dispositivo.....	953
187.	A prova e o princípio da oralidade.....	954

188.	O subprincípio da identidade física do juiz .....	955
189.	O subprincípio da concentração dos atos processuais .....	957
190.	O subprincípio da imediatidade .....	957
191.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado ( <i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias .....	957
192.	O debate oral .....	959

## XX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

193.	Classificação das provas .....	962
194.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito .....	962
195.	Classificação das provas tendo em vista o objeto .....	964
196.	Classificação das provas tendo em vista a forma .....	966

## XXI – ÔNUS DA PROVA

197.	Introdução .....	969
198.	Distinção entre ônus e obrigação .....	969
199.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito .....	970
200.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório .....	970
201.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova .....	971
202.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova .....	972
203.	Momento do funcionamento do ônus .....	972
204.	Fundamentos da repartição do ônus da prova .....	973
205.	O ônus da prova e a revelia .....	973
206.	A confissão e o ônus da prova .....	974
207.	A falsidade de documento e o ônus da prova .....	974
208.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova .....	975
208-A.	A inversão do ônus da prova, o Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor .....	976

## XXII – MOMENTOS DA PROVA

209.	Introdução .....	983
210.	Especificamente os momentos da prova .....	983
211.	Procedimentos probatórios especiais .....	985
212.	Os momentos da prova no procedimento sumário .....	985

## XXIII – DA PROVA DOCUMENTAL

213.	Noções gerais .....	988
214.	Definição de documento .....	989
215.	Os autores intelectual e material do documento .....	989
216.	O conteúdo e a eficácia do documento .....	989

217.	A forma como sendo da substância do documento .....	990
218.	O documento, em regra, é prova preconstituída.....	992
219.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais .....	993
220.	Os documentos e a autenticidade.....	995
221.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade .....	995
222.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos .....	996
223.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica .....	996
224.	Documento e sua data.....	996
225.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção .....	996
226.	O valor probante dos documentos .....	997
227.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades.....	999
228.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição.....	1000
229.	Das partes e de sua legitimidade.....	1001
230.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa.....	1001
231.	A recusa fundada de exibição .....	1001
232.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição .....	1002
233.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição .....	1002
234.	Dos recursos .....	1002
235.	A produção da prova documental e o procedimento .....	1002

## XXIV – DA PROVA TESTEMUNHAL

236.	Noções gerais.....	1008
237.	Testemunha e parte. Distinção .....	1008
238.	Testemunha e perito. Distinção.....	1009
239.	Do valor da prova testemunhal .....	1009
240.	A técnica de inquirição.....	1010
241.	O sujeito da prova testemunhal.....	1010
242.	Conceito de testemunha .....	1011
243.	Da obrigação de testemunhar.....	1012
244.	Quem pode ser testemunha .....	1013
245.	Obrigações e direitos da testemunha.....	1016
246.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal.....	1016
247.	Procedimento da prova testemunhal.....	1018
248.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas .....	1022
249.	A substituição de testemunhas.....	1022

## XXV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

250.	Noções gerais.....	1025
	§ 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos .....	1027
251.	Definição .....	1030

252.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso .....	1031
253.	Procedimento do depoimento pessoal .....	1032
	§ 1.º Restrições a certos fatos (art. 347).....	1033
254.	Depoimento pessoal e confissão.....	1034

## XXVI – DA CONFISSÃO

255.	Noções gerais .....	1036
256.	Conceito de confissão .....	1036
257.	Elementos da confissão .....	1038
258.	Espécies de confissão .....	1040
259.	Efeitos da confissão.....	1040
260.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão.....	1040
261.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo.....	1041
262.	Revogação da confissão.....	1041

## XXVII – DA PROVA PERICIAL

263.	Conceito de perícia .....	1044
264.	Do cabimento da prova pericial.....	1044
265.	Momento do pedido da prova pericial.....	1046
266.	O juiz e o resultado da perícia .....	1047
267.	Perícia. Requisitos e realização.....	1049
268.	A perícia e o perito .....	1054
269.	O perito e a sua responsabilidade.....	1055

## XXVIII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

270.	Noções gerais .....	1058
271.	A participação de peritos na inspeção .....	1059
272.	A presença das partes na inspeção.....	1059
273.	A documentação da inspeção .....	1060

## XXIX – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

274.	Diferença entre prova direta e indireta .....	1062
275.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal.....	1063
276.	Presunção .....	1063
277.	Espécies de presunção .....	1063
278.	As presunções legais. Aspecto histórico .....	1065
279.	As presunções do homem .....	1066
280.	Valoração das presunções <i>hominis</i> .....	1066
281.	A presunção <i>hominis</i> e a prova contrária .....	1067



282.	A prova <i>prima facie</i> .....	1067
283.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova .....	1068

### XXX – DAS AUDIÊNCIAS: PRELIMINAR E DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

284.	Introdução .....	1070
285.	Da audiência preliminar .....	1071
285-A.	Da audiência de conciliação no Projeto de Novo Código de Processo Civil.....	1077
286.	Da audiência de instrução e julgamento.....	1079
286-A.	Decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e os recursos cabíveis.....	1080
287.	Atos que antecedem a audiência .....	1081
288.	O adiamento da audiência.....	1082
289.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa .....	1082
290.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público.....	1083
291.	Audiência e a identidade física do juiz .....	1084
292.	A audiência de instrução no procedimento sumário .....	1086

### XXXI – DA SENTENÇA

293.	Generalidades sobre sentença .....	1093
294.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida.....	1098
295.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei .....	1100
296.	Natureza jurídica da sentença .....	1103
297.	Efeitos da sentença.....	1104
298.	Sentenças processuais e de mérito.....	1105
299.	Sentenças classificadas por sua eficácia .....	1105
300.	Sentença declaratória .....	1106
301.	Sentença constitutiva .....	1108
302.	Sentença condenatória.....	1109
303.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i> .....	1110
304.	Sentenças dispositivas.....	1116
305.	Sentenças complexas .....	1117
306.	A sentença: sua intelecção e seus elementos.....	1118
307.	Relatório .....	1119
308.	Fundamentação .....	1120
309.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença.....	1123
310.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i> .....	1124

311.	A sentença <i>extra petita</i> .....	1126
312.	A sentença <i>ultra petita</i> .....	1128
313.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico.....	1129
314.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de direito intertemporal.....	1129
	ÍNDICE LEGISLATIVO.....	1141
	ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	1193
	ÍNDICE ALFABÉTICO- REMISSIVO.....	1205
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	1279